

JORNAL DO SINDISEAB

UM JORNAL EM DEFESA DA CIDADANIA, DO SERVIÇO PÚBLICO E DOS SERVIDORES

SINDICATO
ESTADUAL
DOS SERVIDORES
PÚBLICOS
DA AGRICULTURA,
MEIO AMBIENTE,
FUNDEPAR E
AFINS

REPROVADA!

Servidores rejeitam prestação de contas da ParanaPrevidência

Os votos divergentes marcaram a nossa posição contra a aprovação das contas de 2015 nos conselhos de Administração e Fiscal da ParanaPrevidência.

O Governo Richa não está pagando sua contrapartida da contribuição dos aposentados e pensionistas.



MISSÃO CUMPRIDA!

■ **SINDISEAB faz balanço da gestão sindical**

Confira o relatório de atividades e as principais conquistas da Gestão Nossa Força e Nossa Voz - 2013-2016. **Página 02.**

MUDANÇA

■ **FES retoma negociações com novo secretário da SEAP**

O Fórum dos Servidores cobrou, entre outras coisas, o pagamento das progressões e promoções atrasadas; reestruturação do QPPE; critérios para aposentadoria dos enquadrados; concursos públicos e atendimento de saúde em Toledo. Os sindicatos denunciaram ainda as práticas antissindicais promovidas pelo governo. **Página 04.**

PERIGO!

■ **Richa pretende acabar com sindicatos!**

Depois da mobilização, projeto de lei que abria brecha para o corte do desconto das contribuições sindicais em folha de pagamento dos servidores foi retirado da ALEP, mas pode voltar a qualquer momento. **Página 06.**

QPPE

■ **SINDISEAB cobra reajuste de benefícios para os servidores**

O descaso do Governo Richa sacrifica justamente os servidores que ganham os mais baixos salários do funcionalismo estadual. O SINDISEAB mandou ofício reivindicando o reajuste dos auxílios alimentação e transporte para os servidores do QPPE. **Página 07.**

JURÍDICO

■ **Prazo para pagamento de ação é imprevisível**

O processo está em fase de cálculos mas ainda há um longo trâmite a ser cumprido. Leia na **página 07.**

GRANDE ATO PÚBLICO EM 29 DE ABRIL

Depois de um ano, os servidores estaduais promovem um dia de LUTA e LUTO pelo Massacre do Centro Cívico. Concentração às 08h00 nas praças Rui Barbosa e Santos Andrade em Curitiba. Participe!



Foto: Joka Mastruga

EDITORIAL

SINDISEAB vai renovar diretoria

As conquistas obtidas até hoje são frutos da nossa tradição de lutas e vitórias.

O nosso SINDISEAB é uma entidade estável, permanente, e vai seguir fazendo História!

Todo processo eleitoral é um momento importante para o fortalecimento da democracia. É tempo de fazer novas propostas. Para isso, precisamos avaliar a atuação, o nível de envolvimento e o compromisso de cada um de nós com a entidade.

Quem vive o cotidiano sindical sabe que a vida de dirigente atuante não é fácil. Além da agenda lotada, o dirigente sindical tem que estudar muito e ficar sempre a postos: tanto para atender a categoria; quanto para negociar com as autoridades. Exige disposição e responsabilidade.

O SINDISEAB é quem está devidamente credenciado – perante a lei – para levar as reivindicações dos servidores da Agricultura e Meio Ambiente às autoridades. Não é raro o servidor ter dúvidas e sentir-se lesado em seus direitos. É função da entidade orientar, defender os servidores e lutar pelo respeito aos direitos dos associados por meio de denúncia aos órgãos competentes, negociação, mobilização, paralisação, greve e, em última instância, ação judicial.

A mobilização incomoda o Governo que, vez por outra, procura meios de coibir a atividade sindical. Daí a importância de nos unirmos mais ainda ao sindicato e de sermos solidários aos companheiros que estão nos representando e defendendo os direitos de todos.

Mas se o filiado não participar, efetivamente, o sindicato perde o seu motivo de existir! É preciso ir às plenárias, assembleias e encontros para trazer sua contribuição, que é sempre bem vinda. A união da categoria traz melhores condições de vida e de trabalho a todos. Nós somos o sindicato!



- FONE/FAX: (41) 3253.6328
- E-MAIL: sindiseab@sindiseab.org.br
- SITE: www.sindiseab.org.br

RELATÓRIO DE ATIVIDADE DA GESTÃO				
AÇÃO SINDICAL	UNIDADE DE MEDIDA	PERÍODO		
		2013	2014	2015
Reuniões/visitas aos Núcleos Sindicais e OLTs	nº	25	24	56
Curso de Formação do SINDISEAB	Associados beneficiados	115	137	-
Confraternização de final de ano	Núcleos, OLTs e coletivos beneficiados	19	10	16
Boletim semanal e comunicados	Edições	17	57	115
Jornal	Edições	9	8	6
Orientações por emails	Respostas	2000	2300	2650
E-mails enviados à base	Envios	80000	85000	120000
Whatsapp	Dirigentes conectados	-	-	40
Pareceres/orientações e assistência aos associados	nº	30	80	100
Propositura de ações judiciais	nº	02	05	1
Eventos Estaduais da CUT e Sindicatos	Dirigentes participantes	3	3	2
Congresso Estadual do SINDISEAB	Participantes por evento	-	60	-
Eventos Nacionais da CUT e Sindicatos	Dirigentes participantes	0	0	1
Reuniões de Direção Executiva, negociação, FES, DIEESE, CUT	nº	39	38	74
Mobilização, acampamento, paralisação, greve	nº	10	6	10
Encontro Estadual do SINDISEAB	Média de participantes	40	47	65
Seminário Estadual do SINDISEAB	Participantes por evento	-	-	59
Curso de Formação da CUT	Dirigentes beneficiados	1	2	2
Reuniões com coletivos (aposentados, jurídico, QPPE, Saúde e previdência)	nº	26	39	34

PRINCIPAIS CONQUISTAS	
2013	Data base de 6,49% Enquadramento - Acórdão nº 3.302/2013 - Tribunal Pleno do TCE-PR Revogação da resolução 025/2013 - "mordada da GEEE no meio ambiente" Implantação da GEEE para agricultura e meio ambiente
2014	Data base de 6,28% Implantação do enquadramento para os que estavam com nome publicado - Resolução 12328/2010 Instituição de comissão para analisar novos processos de enquadramento - Resolução Conjunta SEAP/PGE 08/2014 Regularização da distribuição por tempo de serviço, AA, AE e AP, Lei PR 18133/2014 e 18421/2015
2015	Resistência histórica impede o Governo de acabar com a promoção, progressão, e a ParanáPrevidência Data base de 14,49% - garantido o zeramento da inflação de 2013 e 2014 + 1% de indenização futura da perda da massa salarial de 2015. Após a indenização o percentual de 1% incorpora-se como ganho real Pagamento de promoções atrasadas

EXPEDIENTE

JORNAL DO SINDISEAB | Órgão de divulgação do Sindicato Estadual dos Servidores Públicos da Agricultura, Meio Ambiente, Fundepar e Afins. **Endereço:** Rua Dr. Manuel Pedro, 729 - Cabral - Curitiba/PR - CEP 80035-030 | **Fone/Fax:** (41) 3253.6328 | **E-mail:** sindiseab@sindiseab.org.br | **Site:** www.sindiseab.org.br | **Jornalista Responsável:** Cláudia Maria de Moraes (MTb 3186) **e-mail:** jornalismo@sindiseab.org.br | **Projeto gráfico e diagramação:** Excelência Comunicação | **Tiragem:** 3.000 exemplares | **Impressão:** Mega Gráfica Editora (3598.1113) | **Distribuição Gratuita e Dirigida** | Os artigos não assinados são de responsabilidade da Diretoria.

DIRETORIA EXECUTIVA ESTADUAL: Presidente: Roberto Carlos Prazeres de Andrade Silva (SEAB/Curitiba); **Vice-Presidente:** Luiz Carlos Dalpiaz (IAP/Curitiba); **Secretária Geral:** Donizétti Aparecido Rosa da Silva (SEAB/Maringá); **1º Secretário:** Elci Terezinha Veiga Costa (IAP/Ponta Grossa); **2º Secretário:** Heitor Rubens Raymundo (IAP/Curitiba); **Tesoureira Geral:** Maria Auxiliadora Fernandes (BPP/Curitiba); **1º Tesoureiro:** Mário do Rocio Kulyk (IAP/Francisco Beltrão); **Conselho Fiscal:** Arthur Bintencout Filho (SEAB/Guarapuava); Antoninho Fontanella (SEAB/Francisco Beltrão); Milton Vasconcelos Guedes (ADAPAR/Curitiba).

CHEGOU A HORA

Encontro Estadual vai definir reivindicações e eleger integrantes da comissão eleitoral

A cada três anos, a diretoria do sindicato se renova. Encontro Estadual dará início ao processo eleitoral do SINDISEAB.

Depois das plenárias preparatórias, nos meses de fevereiro e março, o sindicato vai reunir representantes de todos os Núcleos Regionais numa Assembleia Geral Estadual em 15 de março, no Hotel Condor, em Curitiba.

Ao todo, foram 21 reuniões regionais para organizar a participação no Encontro Estadual. Além de discutir as reivindicações para a Campanha Salarial de 2016, os servidores fizeram uma avaliação da gestão sindical da Chapa "SINDISEAB Nossa Força e Nossa Voz: 2013-2016". Confira o relatório sobre as atividades da gestão que será discutido no nosso Encontro Estadual.

PONTOS POSITIVOS DA GESTÃO:

- * valorização dos associados por meio de cursos de formação, plenárias, seminários e congressos;
- * aproximação e integração da direção com os associados da base sindical;
- * integração das representações sindicais e direção estadual;
- * gestão mais organizada e entrosada, diminuiu os conflitos e disputas internas;
- * repasse para confraternização natalina e visita à base;
- * comunicação ágil com a direção local e a base como um todo: tanto online (emails, site e Facebook); quanto a imprensa (jornais e boletins) que chega ao viveiro;
- * integração maior com os sindicatos por meio de uma coordenação mais eficiente do FES.

PRINCIPAIS CONQUISTAS:

- * consolidação da GEEE;
- * enquadramento;
- * data base garantindo reposição da inflação;
- * resistência 2015/manutenção dos quinquênios e anuênios,
- * defesa da ParanaPrevidência;
- * promoções e progressões.

PONTOS A MELHORAR:

- * renovar e dar oportunidade de participação a novas lideranças nas direções regionais e estadual;
- * integração entre sindicato e associações dos funcionários;
- * fazer reuniões por macrorregiões do Estado para facilitar deslocamento e diminuir custos;
- * oferecer cursos com certificação, com temas ambientais, em parceria com os órgãos;
- * dar assistência jurídica e criar grupos de discussão para a propositura de ações judiciais;
- * formação para que o associado cumpra os procedimentos exigidos pelo Poder Judiciário.
- * fazer o acompanhamento da gestão orçamentária dos órgãos;
- * publicar informações e orientações sobre precatórios, aposentadorias, etc;
- * melhorar a elaboração do site (ex: por meio de senhas disponibilizar ações, o andamento das mesmas, etc);
- * dimensionar a quantidade de jornais a serem enviados aos núcleos regionais e associados.



Arapongas



Campo Mourão



Cascavel



Cornélio Procopío



Francisco Beltrão



Guarapuava



Irati



Ivaiporã



Jacarezinho



Litoral Paranaguá



Londrina



Maringá



Paranaíba



Pato Branco



Ponta Grossa - Escritório



Ponta Grossa - Viveiro



Toledo



Umuarama



União da Vitória - Viveiro



União da Vitória

Fotos: Donizetti Silva

MOBILIZAÇÃO

29 de Abril será dia de LUTO e de LUTA!

**Para lembrar do massacre
do Centro Cívico
e levar às ruas
as nossas reivindicações!**

Para relembrar o vergonhoso Massacre do Centro Cívico, ocorrido há um ano, os servidores públicos estaduais (FES) e movimentos sociais prometem fazer grande mobilização no próximo dia 29. Estão previstas performances artísticas e shows. Durante a semana o FES vai usar a tribuna da Assembleia Legislativa para defender nossos direitos. Será um dia de luto e de luta:

LUTO em referência ao massacre contra os servidores que resultou em mais de 200 pessoas feridas em 29 de abril de 2015. Por mais de uma hora, o Governo Richa soltou bombas de gás (inclusive por um helicóptero), usou balas de borracha, jatos d'água, tropa de choque e até cães num ataque covarde para aprovar a mudança na Lei da ParanaPrevidência possibilitando o saque de quase R\$ 1,8 bi/ano do nosso Fundo Previdenciário.

LUTA porque vamos ao Palácio Iguaçu cobrar o pagamento das nossas promoções e progressões atrasadas, garantir a data base de 2016 (reposição em jan/2017), cobrar a reestruturação do QPPE, defender a ParanáPrevidência e a instituição de um novo modelo de saúde para os servidores.



Fotos: Joka Madruga, Ana Beatriz Passos e Cláudia Morais

PROGRAMAÇÃO:

08h00 - concentração nas praças Rui Barbosa e Santos Andrade

09h00 - caminhada e encontro das duas multidões na Praça Tiradentes

10h30 - chegada em frente à ALEP

O SINDISEAB dará apoio a todos os associados que queiram participar. Todos os núcleos devem se mobilizar para garantir a participação do maior número de pessoas. Para reservar sua vaga nas caravanas do FES, envie um email para sindiseab@sindiseab.org.br.

VENHA COM DISPOSIÇÃO PARA A LUTA! NÃO ESQUECEREMOS!



NEGOCIAÇÕES

FES leva reivindicações ao novo secretário da SEAP

O FES expôs ao recém empossado Secretário de Administração e Previdência, Reinhold Stephanes, o ponto em que estavam as negociações com a ex-secretária, Dinorah Nogara.

Na reunião anterior, em 04 de fevereiro, a SEAP se comprometeu a apresentar até 08 de março os cronogramas de pagamento das promoções e progressões atrasadas e das nomeações dos servidores já admitidos em concursos, bem como a definição do grupo de trabalho para estudar a reestruturação QPPE. Com longa carreira na administração pública, Reinhold Stephanes ouviu atentamente os argumentos dos representantes dos sindicatos de servidores. Acompanhe:

Grupo de Trabalho (GT) do QPPE - a Diretora de Recursos Humanos da SEAP, Sandra Marques, disse que a SEAP espera receber, por escrito, todos os questionamentos do FES quanto à minuta do projeto de lei para a reestruturação do QPPE. O FES reiterou que, via ofício, contrapôs requerendo a instalação do prometido GT. Sandra então disse que a formação de um GT é inviável por falta de tempo e de pessoal da SEAP. O FES insistiu na realização de uma reunião presencial com SEAP e PGE para esclarecimentos - porque o texto da minuta é confuso - para depois apresentar a contraproposta por escrito. Tal reunião será agendada com a coordenação do Fórum.

Pagamentos dos atrasados - Stephanes disse que “se a SEAP não apresentou o cronograma de pagamentos de atrasados é porque não teve condições”. O FES salientou que o governo deve cumprir os prazos para pagamento das promoções e progressões, pois estão previstos nas leis que criam os vários quadros de pessoal do Estado. Promoções e progressões devem estar previstas a cada orçamento anual e o FES quer os dados em planilhas. O Estado do Paraná tem uma dívida de aproximadamente R\$ 90 milhões com o pessoal da Educação e de R\$ 200 milhões com os demais servidores. O governo já pagou suas dívidas com os outros credores e está devendo para os servidores!

Stephanes argumentou depender da SEFA. O economista do FES, Cid Cordeiro, mostrou seu estudo sobre as finanças do Estado contestando as afirmações pessimistas do governo. Na prestação das contas de 2015 na ALEP, por exemplo, o governo apresentou um superávit de R\$ 400 milhões. Somente no primeiro trimestre de 2016, a receita cresceu 15%. Cor-

deiro calcula que o crescimento da receita do ano de 2016 vai ser entre 8% e 10% em valores nominais; 3% de aumento real. Nesta conta não estão contempladas receitas extraordinárias como a renegociação da dívida do Estado com a União que tem um potencial de redução de gastos de R\$ 200 milhões ou a venda da folha de pagamento dos servidores a instituições financeiras (cerca de R\$ 500 milhões). O Secretário afirmou que há necessidade de se fazer um cronograma, disse que vai dialogar com a SEFA e dar um retorno ao FES.

O Fórum prosseguiu cobrando que esta não é a única dívida do governo com os servidores. Os valores dos auxílios alimentação (R\$ 103,00) e transporte (R\$ 131,00) não foram corrigidos junto com as outras remunerações em outubro/2015 e janeiro/2016. A última vez que o auxílio-alimentação recebeu reajuste foi em 2011. O FES considera um descaso, pois só têm direito a tais benefícios justamente os servidores (cerca de 10 mil) que percebem os salários mais baixos do funcionalismo.

Concursos públicos - o FES cobrou a contratação dos servidores já aprovados em concursos. Em alguns setores a situação é dramática, como na Saúde, onde servidores acabam dobrando o plantão por falta de pessoal. Ainda não foram efetivadas as prometidas 160 vagas para agentes penitenciários. Existem unidades do sistema de Socioeducação em que apenas seis agentes cuidam de cerca de 200 menores infratores. Segundo os sindicatos das Instituições Estaduais de Ensino Superior (IEES), existem 717 agentes universitários aprovados em concursos públicos es-



A reunião de 30 de março entre o Fórum das Entidades Sindicais com o governo contou com a presença de representantes de várias áreas: SEAP, SEFA, DAS, SESA e PGE.

perando contratação desde 2013.

“Diga um setor que não precisa de gente”, desafiou Stephanes, “o argumento é correto, mas temos que colocar tudo dentro do bolo”. O FES respondeu que a situação está chegando “no limite”! Piora ainda mais com a recessão econômica, quando as famílias tendem a deixar os sistemas privados de educação e saúde e passam a depender dos serviços públicos. O FES insistiu que é urgente não só a reposição de pessoal para as vagas abertas por aposentadorias de servidores, mas a ampliação do contingente. A diretora do DRH da SEAP disse que está previsto para 2016 um novo concurso para a Saúde e contratações de engenheiros, pessoal para a ADAPAR, Emater e de professores sem especificar datas.

Enquadramento - o FES cobrou um posicionamento sobre os critérios para aposentadoria. Os servidores que foram enquadrados em 2010 já cumpriram cinco anos no cargo e a ParanaPrevidência está cobrando 10 anos na carreira. No ensejo, o FES reivindicou que, de forma semelhante, seja reconsiderado o tempo de CLT para fins de aposentadoria dos servidores. A PGE vai analisar o assunto.

Liberdade sindical - os dirigentes denunciaram ao novo secretário as práticas antissindicais que vem ocorrendo nas repartições públicas do Estado. O FES foi enfático que a retirada dos processos contra os sindicatos foi requisito para acabar a greve de 2015. Quase um ano depois, ainda persistem ações judiciais contra a APP e o Sindarspen.

Além disso, gratificações e remunerações de dirigentes sindicais têm

sido cortadas sendo que a Constituição Federal (Art 8º) garante que o liberado para a atividade sindical não sofra nenhuma perda.

Outro problema é que alguns diretores têm colocado restrições para que os sindicatos tenham acesso aos locais de trabalho. Há casos em que dirigentes precisam enviar ofícios com dois dias de antecedência e, mesmo assim, são “escoltados” por servidores destacados pelos chefes. Numa situação extrema, um diretor ameaçou chamar a polícia porque um sindicalista estava distribuindo panfletos no pátio da unidade! Mesmo denunciados a instâncias superiores, os abusos não são coibidos.

Outra preocupação do FES ainda é quanto à consignação sindical. Apesar do PL 920/2015 ter sido retirado da pauta (leia na página 06), rumores na ALEP dizem de que o texto cortando o desconto da contribuição sindical na folha de pagamento dos servidores voltará em breve. O FES enfatizou que não vai aceitar, pois é inconstitucional.

SAS - o contrato com o Hospital Bom Jesus, de Toledo, será prorrogado por mais 10 ou 12 meses. Isso foi possível porque o Governo Federal vai repassar uma verba mensal para atendimento pelo SUS o que vai garantir o seu sustento financeiro. Será aberta nova licitação para hospitais que queiram se credenciar na região.

Quanto ao novo modelo de saúde, o Termo de Referência já foi finalizado mas ainda não foi publicado o edital do Banco Mundial. Assim que saia o edital, o FES será chamado para uma reunião. O governo já avisou que no novo modelo para o atendimento à saúde, o funcionalismo vai ter que contribuir para a sustentação financeira do sistema.

Análise do FES - já era esperado que o primeiro contato com o novo secretário fosse de mera apresentação de reivindicações. As respostas vão depender da nossa capacidade de mobilização. A próxima reunião com o governo está agendada para o dia 05 de maio.

Agora cabe a nós nos manter ligados às informações dos sindicatos e colocar toda a força no Ato Público de 29 de abril, em Curitiba, marcando um ano de massacre.



Grupo de Enquadramento - o SINDISEAB já está habilitado como parte interessada no Inquérito Civil nº MP-PR 0046.15.079515-4 desde o dia 09 de março. A partir de então o sindicato tem acesso a todas as informações do processo no Ministério Público. Estamos acompanhando de perto todo o trâmite em defesa dos nossos associados.

O assunto está sendo discutido por email no Grupo de Enquadramento. Todos os servidores que enviaram processo dentro do prazo (encerrado em 25 de março) estão cadastrados, incluindo também os formados após 2002. Quem não está recebendo as informações por email precisa efetuar o cadastrado.

Mande um email para: sindiseab@sindiseab.org.br.

JUNTOS, SOMOS MAIS FORTES!

PL 920/2015

PL que permitia corte das consignações sindicais é retirado da pauta da ALEP

A vitória é momentânea, pois há a promessa de que o texto excluído volte transformado em projeto à parte.

O polêmico texto que alterava o Art. 2º da Lei 13.740 e abria brecha para o corte das consignações sindicais foi retirado da pauta mas deve voltar com nova redação. O demais artigos do PL 920/2015 foram aprovados pela CCJ.

Os dirigentes dos sindicatos do Fórum das Entidades Sindicais conseguiram convencer os deputados a desistir de aprovar a parte do projeto de lei que permitiria ao governador alterar as regras para o desconto em folha de pagamento dos servidores.

O direito de organização sindical e o desconto em folha de pagamento são previstos na Constituição Federal. Uma lei estadual não pode se sobrepor à Carta Magna!

Os sindicatos de servidores públicos já passaram por tal situação na época do Governo Lerner. O corte do repasse das contribuições sindicais para as entidades durou cerca de



Dezenas de sindicalistas, professores e servidores lotaram a sala da Comissão de Constituição e Justiça (CC) da Assembleia Legislativa, em 15 de março.

dois anos e levou o Sindiservidores à falência.

Caso aprovado agora, os servidores que permanecem mobilizados desde o ano passado teriam forte reação, o que acirraria ainda mais os ânimos em período pré-eleitoral. Além disso, os sindicatos prometem ir à Justiça e denunciar as práticas

antissindicais do Governo Richa a organismos internacionais.

Solução - o deputado governista Tiago Amaral, apresentou um voto em separado dividindo o PL em duas partes:

* **a retirada:** que passava ao governador o poder de definir os requisitos para cadastramento de entidades (sindicatos) e empresas signatárias;

* **e a aprovada:** que aumenta o limite da base de descontos do cartão de benefícios dos servidores em até 70%, para compras à vista, e amplia a rede de estabelecimentos credenciados.

Perguntar não ofende - Na mensagem 071/2015, em que o governador apresenta o PL 920/2015 para a ALEP, Beto Richa alega que a alteração na lei vai aumentar o "poder de compra" do servidor, "na medida em que terá disponível para utilização durante o mês de até 70% do salário que ele tem a receber, ou seja, em períodos de crise, o servidor terá disponível uma margem específica para suas compras sem ter que esperar o salário no final do mês". Ora, governador, se o Sr. acha que o servidor está ganhando tão mal assim, que tal colocar em dia os atrasados das promoções e progressões?



A mudança sutil poderia acabar com os sindicatos

O PL 920/2015 alterava o texto da lei 13.740/2002 sobre as normas pertinentes para as consignações em folha de pagamento dos servidores públicos estaduais. Nos bastidores da ALEP, corria a informação que a bancada do camburão estaria com a "faca nos dentes" para quebrar financeiramente a APP-Sindicato.

A lei em vigor diz (Art. 2º) que a consignação para o desconto de mensalidade sindical (Inciso VIII) SERÁ PERMITIDA, desde que haja "autorização expressa dos servidores civis e militares, ativos e inativos, assim como pensionistas do Estado do Paraná".

O PL 920/2015 muda a expressão para "PODERÁ SER PERMITIDA"

e ainda acrescenta um parágrafo único determinando que "os requisitos para cadastramento dos signatários" seria definido por decreto, ou seja, pelo Governador Beto Richa!

Inconstitucional - o Art. 8º da Constituição Federal é claro: "é livre a associação profissional ou sindical observando o seguinte: (I) a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato; e (IV) a assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo de representação sindical respectiva, independente de contribuição prevista em lei".

Momento Solene I

Metade das cadeiras destinadas ao público na sala da CCJ estavam ocupadas por assessores de deputados e jornalistas. A princípio, os seguranças barraram a entrada dos servidores. O FES reivindicou e conseguiu a entrada de todos. Logo no início da sessão, o deputado Romanelli, diante do grande número de professores aposentados, chamou a atenção dos jovens para que cedessem lugar aos idosos.

Momento Solene II

Antes do anúncio do voto em separado, o público começou a dizer palavras de ordem: "inconstitucional", "inconstitucional", "inconstitucional"; em resposta, o deputado Nelson Justus disparou: "quem vai decidir somos nós, não vocês!" Depois das vaia, alguém gritou: "a Constituição é maior do que você!"



Desde o dia 14 de março, o FES percorreu gabinetes de diversos deputados e foi até o Ministério Público para alertar sobre a inconstitucionalidade do PL 920/2015.

NOSSA PAUTA

SINDISEAB reivindica novos valores para auxílios alimentação e transporte

Com base nos princípios de justiça, isonomia salarial e de tratamento, o SINDISEAB está pleiteando a ampliação da abrangência e correção dos valores dos auxílios transporte e alimentação para os servidores públicos do Quadro Próprio do Poder Executivo (QPPE).

Ambos os benefícios estão defasados em comparação a outras carreiras e em relação à inflação.

01 - Auxílio-alimentação (AA) - para o QPPE, o benefício é de apenas R\$ 103,00, desde março de 2012 (Lei PR nº 11.034/94 e Decreto 3.456/2011). Além disso, o benefício é limitado para quem recebe até dois salários mínimos de remuneração (vencimento base + vantagens de caráter pessoal). Já para o TJ-PR, MP-PR e TCE-PR, o valor do auxílio-alimentação é de R\$ 710,00 por mês.

02 - Auxílio-transporte (AT) - para o QPPE, o benefício foi estipulado em R\$ 124,00 pela Lei PR 17.657 (12/08/2013) e limitado para quem recebe até três salários mínimos de remuneração (vencimento base + vantagens de caráter pessoal). Na data base de maio/2014, o valor acima foi corrigido em 6,28% junto com as tabelas salariais do funcionalismo público estadual passando a valer R\$ 131,79 (Lei PR nº 18.096/14 e Decreto nº 11.573 - 11/07/2014). Em 2015 não houve reajuste.



Salários do QPPE estão defasados

- os vencimentos-base do QPPE (Lei PR nº 18.493, 24/06/2015 e Resolução nº 4.279/2016), têm os seguintes valores iniciais para ingresso nas carreiras:

* **Agente de Apoio:**

Classe III-1 (R\$ 1.015,91);

* **Agente de Execução:**

Classe III-1 (R\$ 1.523,85);

* **Agente Profissional:**

Classe III-1 (R\$ 3.657,27).

Estas baixas remunerações iniciais das respectivas carreiras, por si só, justificam a correção dos valores de ambos os auxílios (transporte e alimentação) como forma de amenizar o drama de renda baixa vivenciado por centenas de servidores públicos, com

reflexos negativos em suas famílias e no desempenho no trabalho.

Em todas as reuniões entre o Fórum Estadual dos Servidores (FES) com o governo, a direção do SINDISEAB tem reivindicado melhores condições de trabalho, salários e benefícios (SAS, auxílios alimentação, transporte e creche/pré-escola).

Sindicato quer audiência - a reivindicação para os servidores do QPPE foi protocolada em 15/02/2016 (Of. nº 001/SG - SID nº 13.963.399-7). No mesmo ofício, o SINDISEAB reivindicou reunião específica com a SEAP para tratar deste tema e de outros relacionados aos servidores públicos lotados no QPPE (agricultura, meio ambiente, ADAPAR, SUDE e DIOE).

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Direção Estadual do SINDISEAB - Sindicato Estadual dos Servidores da Agricultura, Meio Ambiente, Fundepar e Afins, no uso de suas atribuições legais e em atendimento às disposições estatutárias, CONVOCA todos os seus associados e servidores de suas bases sindicais a participarem da ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA (AGO), que se realizará no dia 15 de abril de 2016, (sexta-feira), às 07h30 em primeira convocação, e às 08h00 em segunda convocação, no Hotel Condor, sito à Rua Av. Sete de Setembro, 1.866 - Centro - Curitiba - PR, com a finalidade de discutir e deliberar a seguinte pauta:

- relatório de atividades, prestação de contas do período de janeiro a dezembro 2015 - apresentação, análise e aprovação;
- eleição da Comissão Eleitoral e ratificação do calendário eleitoral, conforme edital de convocação publicado no jornal do SINDISEAB número 226;
- definição da pauta de reivindicação e do plano de atividades, lutas e ações para 2016 - conforme encaminhamento das plenárias regionais de 2016.

Cumpra-se!

Curitiba, 04 de abril de 2015.

Donizetti Ap. Rosa da Silva
Secretaria Geral

Roberto Carlos P. de A. Silva
Presidência

Jurídico

Ação ganha pelo sindicato está em fase de cálculo

Um contador contratado pelo sindicato já está fazendo as contas mas o prazo para pagamento é imprevisível.

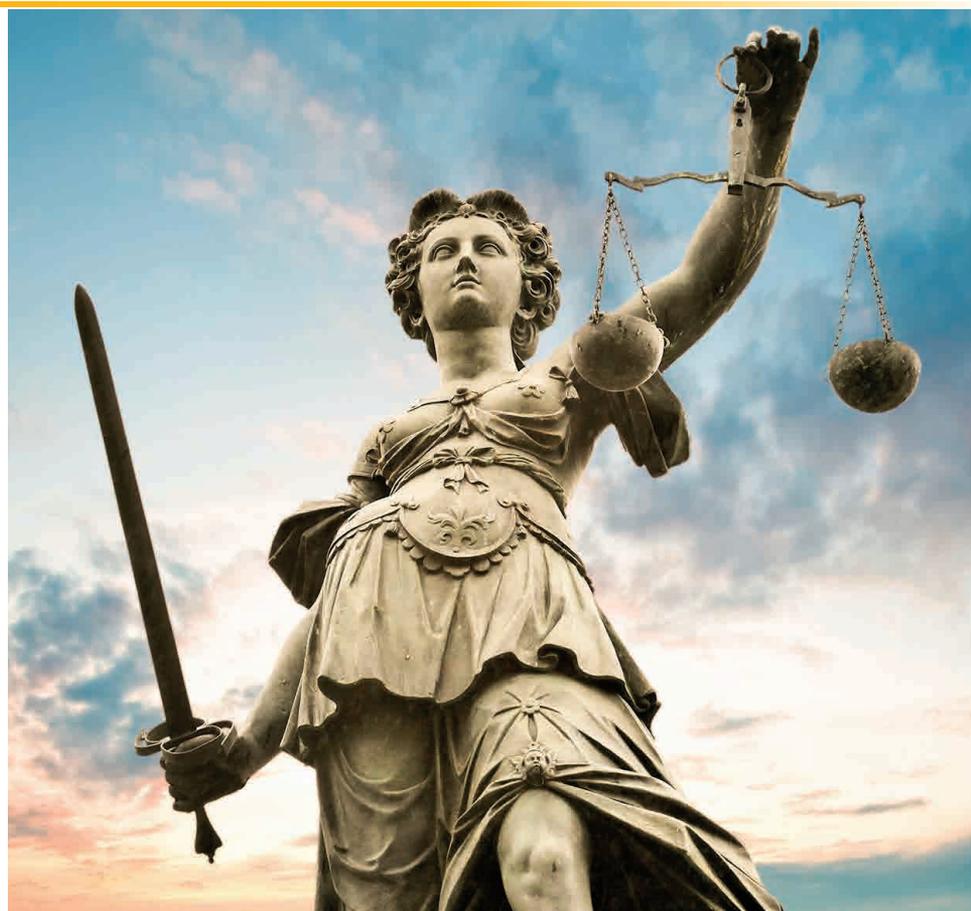
Em 2005, o SINDISEAB impetrou ação judicial (27.915/0000) na 3ª Vara da Fazenda Pública cobrando o pagamento da primeira progressão por antiguidade dos servidores do QPPE que deveria ter sido aplicada entre 2003 e 2005 (dependendo do cargo), prevista na Lei 13.666/2002.

O sindicato ganhou a ação coletiva em nome dos seus associados e, em 2015, o judiciário solicitou a realização dos cálculos para o pagamento. O SINDISEAB já entrou em contato com todos os servidores integrantes do processo que estavam devendo documentos.

Superada esta fase, o contador

do sindicato deve finalizar os cálculos que serão apresentados ao juiz. Em seguida, a Justiça verifica se a PGE concorda com os valores. Se tudo estiver de acordo, segue para a sentença; caso contrário a PGE apresenta seus cálculos. Se o sindicato concordar com as contas da PGE, vai para sentença; senão, o juiz manda o processo para um contador judicial e bate o martelo.

Como se vê, o trâmite depende de muitas variáveis. O sindicato está acompanhando de perto para que não trave em nenhum momento. No entanto, dizer quando os servidores finalmente vão receber o dinheiro é impossível!



CONSELHOS DA PARANAPREVIDÊNCIA

Representantes dos servidores reprovam a prestação de contas de 2015

Mesmo que não altere o resultado da votação, os nossos representantes apresentaram os votos por escrito, para constar em ata, e registrar todas as irregularidades que o Governo Richa vem cometendo contra a ParanaPrevidência.

A irregularidade mais grave é que desde que a ParanaPrevidência passou a fazer o desconto da contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas, em abril de 2015, o governo simplesmente não repassou a parte dele, cerca de R\$ 80 milhões por mês.

O voto dos nossos representantes no Conselho Fiscal denuncia ainda que a ParanaPrevidência pagou mais de R\$ 30 milhões num software administrativo, com manutenção de R\$ 350 mil/mês, sem ter dado acesso

aos conselheiros ao processo licitatório, edital, contrato e demais documentos. Registra também que falta esclarecimentos sobre o pagamento de uma ação trabalhista a um funcionário de nível operacional no valor de mais de meio milhão de reais!

Por fim, os nossos conselheiros declaram em seus votos que a Lei 18.469/2015, aprovada no dia do Massacre de 29 de Abril, está sendo questionada através de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 5.350) junto ao STF.



Nossos representantes apresentaram "votos divergentes" tanto no Conselho de Administração quanto no Conselho Fiscal.

Mas como o governo tem muito mais votos que os servidores em ambos os conselhos, as contas foram aprovadas!



EM BRASÍLIA

Ministro do Supremo recebe comissão do FES em audiência

O ministro é relator da ADI 5.350 contra a Lei nº 18.469/2015, aprovada no dia do Massacre dos Servidores em 29 de abril de 2015, para confiscar parte do Fundo Previdenciário dos servidores públicos estaduais.



Dirigentes e advogados dos sindicatos foram à Brasília, em 04 de março, para conversar pessoalmente com o Ministro Marco Aurélio de Mello.

A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 5.350) foi impetrada junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) em nome de nove entidades, inclusive o SINDISEAB. Os sindicatos pedem medida cautelar e suspensão dos efeitos da nova Lei da ParanaPrevidência por afrontar o Art. 40 da Constituição Federal.

A Lei nº 18.469/2015 reestruturou o Plano de Custeio e Financiamento do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná

mudando a segregação de massas da ParanaPrevidência. A partir de sua sanção, 33 mil aposentadorias que eram custeadas pelo Tesouro do Estado passaram a ser pagas pelo Fundo Previdenciário: cerca de R\$ 1,8 bilhão/ano.

Além de questionar a constitucionalidade da lei, o FES contou ao ministro que o Governo não está pagando a sua contrapartida da contribuição dos aposentados e pediu celeridade no julgamento.

Reunião na ParanaPrevidência

No dia 11 de março, representantes do FES se reuniram com a direção da ParanaPrevidência para tratar da seguinte pauta:

* **Regulamentação do processo eleitoral dos conselheiros** – uma comissão formada por membros da ParanaPrevidência e da SEAP está estudando o tema. Os estudos estão sendo finalizados e as propostas de alterações estatutárias deverão ser aprovadas pelo Conselho de Administração da ParanaPrevidência. Assim que a minuta esteja concluída, entre os dias 04 e 08 de abril, o FES deverá receber uma cópia.

* **Contribuição previdenciária dos aposentados** – conforme o processo 13.696.403-8/2015 entregue para o FES, a PGE concluiu que o Estado do Paraná não precisa pagar a sua contrapartida da contribuição previdenciária arrecadada dos servidores aposentados e pensionistas. O Diretor-Presidente da ParanaPrevidência sugeriu que os servidores façam pressão para reverter o caso.

* **Aposentadoria complementar** – um grupo de trabalho da SEAP já iniciou pesquisa, elaborou estudo atuarial e simulação de valores sobre o assunto. Atualmente o estudo está suspenso.

